

Novo Direito Processual

por Salomão Viana

Teoria geral dos recursos cíveis

1ª aula

Teoria geral dos recursos cíveis

1ª aula

SUMÁRIO

1 – Considerações gerais.

2 – Duplo grau de jurisdição.

3 – Meios de impugnação de decisões judiciais.

3.1 – recursos.

3.2 – demandas autônomas de impugnação.

3.3 – sucedâneos recursais.

4 – Conceito de recurso.

5 – Atos sujeitos a recurso.

6 – Classificação dos recursos.

7 – Desistência do recurso.

8 – Renúncia ao direito de recorrer.

CPC-1973:

Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

(...)

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

CPC-2015:

(...)

Art. 1.013. *A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.*

§ 3º *Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando:*

I - reformar sentença fundada no art. 485;

II - decretar a nulidade da sentença por não ser ela congruente com os limites do pedido ou da causa de pedir;

III - constatar a omissão no exame de um dos pedidos, hipótese em que poderá julgá-lo;

IV - decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação.

§ 4º *Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.*

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS:

- Recursos***
- Demandas autônomas de impugnação***
- Sucedâneos recursais***

CPC-1973	CPC-2015
<p>Art. 496. <i>São cabíveis os seguintes recursos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>I - apelação;</i><i>II - agravo;</i><i>III - embargos infringentes;</i><i>IV - embargos de declaração;</i><i>V - recurso ordinário;</i><i>VI - recurso especial;</i><i>VII - recurso extraordinário;</i><i>VIII - embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.</i>	<p>Art. 994. <i>São cabíveis os seguintes recursos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>I - apelação;</i><i>II - agravo de instrumento;</i><i>III - agravo interno;</i><i>IV - embargos de declaração;</i><i>V - recurso ordinário;</i><i>VI - recurso especial;</i><i>VII - recurso extraordinário;</i><i>VIII - agravo em recurso especial ou extraordinário;</i><i>IX - embargos de divergência.</i>

EXEMPLOS DE OUTROS RECURSOS CÍVEIS:

- recurso “inominado” (semelhante ao agravo de instrumento) nos casos de tutela de urgência no âmbito dos JEF’s (arts. 4º e 5º da Lei n. 10.259/2001);
- recurso “inominado” (semelhante ao agravo de instrumento) nos casos de tutela de urgência no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (arts. 3º e 4º da Lei n. 12.153/2009);
- recurso “inominado” (semelhante à apelação), contra sentença terminativa ou definitiva, excetuados os casos de homologação de conciliação ou de laudo arbitral, proferida no âmbito dos juizados estaduais (Lei n. 9.099/95, art. 41);
- “embargos infringentes de alçada” (art. 34 da Lei n. 6.830/80).

Lei n. 10.259/2001 (dispõe sobre os juizados especiais federais):

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Lei n. 12.153/2009 (dispõe sobre os juizados especiais da Fazenda Pública):

Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

Art. 4º Exceto nos casos do art. 3º, somente será admitido recurso contra a sentença.

Lei n. 9.099/1995 (dispõe sobre os juizados especiais em geral):

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

Lei n. 6.830/1980 (dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública – “Lei de Execução Fiscal – LEF”):

Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração.

Obs.: No julgamento do REsp 1168625/MG, em 2009, o STJ estabeleceu que 50 ORTN corresponde, em janeiro de 2001, a R\$ 328,27, valor que deve ser reajustado, desde então, com base no IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial).

EXEMPLOS DE SUCEDÂNEOS RECURSAIS:

- a) - remessa necessária (CPC, art. 475);*
- b) - pedido de suspensão de segurança (art. 15 da Lei n. 12.016/09 e art. 25 da Lei n. 8.038/90);*
- c) - pedido de suspensão dos efeitos de medida de urgência concedida em procedimento cautelar e nos procedimentos da ação popular ou da ação civil pública (art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.437/92);*
- d) - pedido de suspensão dos efeitos de medida antecipatória dos efeitos da tutela (art. 1º da Lei n. 9.494/97 c/c o art. 4º da Lei n. 8.437/92);*
- e) - pedido de reconsideração (CPC, art. 527, parág. ún.).*

CPC-1973

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

CPC-2015

Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

§ 2º Em qualquer dos casos referidos no § 1º, o tribunal julgará a remessa necessária.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados;

III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.

§ 4º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

Lei n. 12.016/2009 (dispõe sobre os mandados de segurança individual e coletivo):

Art. 15. *Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.*

§ 1º Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput deste artigo, caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 2º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 1º deste artigo, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 3º A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 4º O presidente do tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 5º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

CPC-1973:

Art. 527. *Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator:*

I - negar-lhe-á seguimento, liminarmente, nos casos do art. 557;

II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa;

III - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

IV - poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

V - mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e naquelas em que o expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial;

VI - ultimadas as providências referidas nos incisos III a V do caput deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. *A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a **reconsiderar**.*

***Recurso** é o meio que a lei põe à disposição das partes, do Ministério Público ou de terceiros para postular, dentro do processo, a invalidação, a reforma, a integração, o esclarecimento ou a correção de uma decisão judicial.*

***CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS QUANTO À FONTE
LEGAL:***

- recursos ordinários***
- recursos extraordinários***

***CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS QUANTO À
EXTENSÃO DA MATÉRIA:***

- recursos totais***
- recursos parciais***

<i>CPC-1973</i>	<i>CPC-2015</i>
<i>Art. 505.</i> <i>A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte.</i>	<i>Art. 1.002.</i> <i>A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.</i>

***CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS QUANTO À
VINCULAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO:***

- recursos de fundamentação livre***
- recursos de fundamentação vinculada***

CPC-1973	CPC-2015
<p>Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:</p> <p>I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;</p> <p>II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.</p>	<p>Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:</p> <p>I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;</p> <p>II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;</p> <p>III - corrigir erro material.</p> <p>Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:</p> <p>I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;</p> <p>II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.</p>

CPC-1973

Art. 500. Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes:

I - será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - será admissível na **apelação**, nos **embargos infringentes**, no **recurso extraordinário** e no **recurso especial**;

III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

Parágrafo único. Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.

CPC-2015

Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.

§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.

§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:

I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - será admissível na **apelação**, no **recurso extraordinário** e no **recurso especial**;

III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

***CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS QUANTO AO FIM
COLIMADO PELO RECORRENTE:***

- recursos de reforma***
- recursos de invalidação***
- recurso de integração, esclarecimento ou correção***

***CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS QUANTO AO
ÓRGÃO JULGADOR RECURSAL:***

- recursos devolutivos***
- recursos regressivos***
- recursos mistos***

CPC-1973:

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, **facultado ao juiz**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, **reformular sua decisão**.

Parágrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

CPC-1973:

Art. 285-A. *Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.*

§ 1º *Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.*

CPC-1973:

Art. 523. *Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.*

(...)

§ 2º *Interposto o agravo, e ouvido o agravado no prazo de 10 (dez) dias, o juiz poderá reformar sua decisão.*

CPC-1973:

Art. 529. Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo.

CPC-2015:

Art. 1.018. (...)

§ 1º Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.

CPC-1973	CPC-2015
<p>Art. 501. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.</p>	<p>Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.</p> <p>Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.</p>

<i>CPC-1973</i>	<i>CPC-2015</i>
<i>Art. 502.</i> A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.	<i>Art. 999.</i> A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.